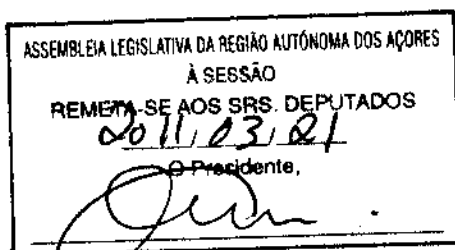




REGIÃO
AUTÓNOMA
DOS AÇORES

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
*Gabinete do Secretário Regional
da Presidência*
Palácio da Conceição
9504-509 Ponta Delgada



Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de Sua
Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9900 Horta

Sua referência
223
Proc. 54.01.05/402/IX

Sua comunicação
20-1-2011

Nossa referência
SAI-GSRP-2011-552
Proc. 1.8
ENT-GSRP-2011-209

Data
21-3-2011

**ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 402/IX – “VERBAS DESAJUSTADAS PARA O
SECTOR DA HABITAÇÃO NA ILHA DE SÃO JORGE”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 402/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Luís Silveira, do CDS/Partido Popular. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

I - As verbas e os apoios disponibilizados não têm metas rígidas predefinidas, na medida em que vão sendo adequadas e reforçadas de acordo com as necessidades da Região. Em qualquer uma das ilhas da Região, não existem casos pendentes por questões orçamentais.

Os processos pendentes que existem estão em fase instrutória, ou seja, na fase de vistoria das habitações candidatadas, elaboração de orçamentos e verificação de requisitos de elegibilidade do candidato e dos imóveis. Os restantes processos estão decididos e em fase regular de atribuição dos apoios.

II - Todos os processos de candidatura entregues até 2008 têm o respectivo despacho pelos serviços de habitação, à excepção de um referente à aquisição de habitação e de dois referentes à construção de habitação própria permanente, processos estes que exigiram uma análise mais aprofundada, nomeadamente em termos de limites de áreas envolventes às habitações.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
*Gabinete do Secretário Regional
da Presidência*
Palácio da Conceição
9504-509 Ponta Delgada

Das candidaturas entradas em 2009, temos quatro processos de apoio à construção, dos quais um candidato apresentou desistência, dois encontram-se em fase de aperfeiçoamento processual e o último encontra-se em fase final de decisão.

No mesmo ano, deram entrada 79 processos de habitação degradada. Destes, 27 estão decididos, 20 têm a instrução concluída e vão transitar para a fase de decisão final, e 32 estão em fase de vistoria e orçamentação das obras candidatas para efeitos análise de requisitos de elegibilidade dos candidatos e dos imóveis. Alguns destes processos respeitam a recandidaturas, o que exige o preenchimento de algumas especificidades previstas na legislação aplicável.

Ainda em 2009 registaram-se dez processos de realojamento. Foram já decididos quatro processos, dois desistiram do procedimento, um aguarda elementos solicitados ao requerente, dois encontram-se em fase de avaliação da solução habitacional proposta para efeitos de submissão a decisão, e o último encontra-se em fase final de decisão.

Relativamente aos processos entrados em 2010, é possível informar o seguinte:

- Três processos de apoio à construção: dois deles já se encontram decididos e um foi concluído documentalmente no final de Dezembro de 2010;
- Quatro candidaturas a processo de aquisição: todas estão em fase de avaliação das habitações candidatas para aferição dos requisitos de elegibilidade, visto que deram entrada nos serviços no último trimestre de 2010;
- 73 candidaturas a processo de habitação degradada: 55 já têm vistoria às habitações candidatas e estão em fase elaboração dos orçamentos das obras elegíveis, e 13 estão em fase de vistoria das obras a realizar para efeitos de orçamentação;
- 11 candidaturas a processo de realojamento: uma encontra-se em fase de reavaliação da decisão proferida por junção superveniente de novos elementos,



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
*Gabinete do Secretário Regional
da Presidência*
Palácio da Conceição
9504-509 Ponta Delgada

três estão decididas e os agregados familiares realojados e sete estão em avaliação das soluções habitacionais propostas.

No que respeita aos dez processos de realojamento (anos de 2009 e 2010) que ainda aguardam decisão final, por um lado, os agregados familiares em causa não apresentaram propostas de imóveis compatíveis com os requisitos legais exigíveis, características familiares e condições habitacionais condignas, e, por outro, não tem havido, por parte do mercado local, suficiente oferta de imóveis para que a Região os possa arrendar e atribuir aos agregados em regime de subarrendamento.

Mais se refere que a atribuição de condições habitacionais condignas aos habitantes da ilha de São Jorge não se esgota nos programas de realojamento e recuperação de habitação degradada. Com efeito, estamos na presente data a apoiar 21 agregados familiares nas despesas com habitação, através do incentivo ao arrendamento, permitindo, assim, melhorar, significativamente, o seu rendimento disponível (comparado este número com outras ilhas com características semelhantes à ilha de São Jorge, nomeadamente ao nível de habitantes, verifica-se que São Jorge tem um número muito mais significativo de processos aprovados neste programa de apoio habitacional).

III - Está em curso um processo de alteração do Alvará de Loteamento, prevendo-se a inscrição desta alteração na Conservatória do Registo de Velas até final do 1.º trimestre de 2011. A proposta de alteração justificou-se pela necessidade de redefinir a configuração dos lotes destinados à construção das habitações e diminuir o índice de ocupação e o número de fogos projectados, garantindo-se uma melhor exposição solar e uma concepção arquitectónica mais interessante sob o ponto de vista da utilização de referências tipológicas locais.

Houve, igualmente, uma redefinição da proposta de arranjo urbanístico e paisagístico, considerando o enquadramento que envolve o Loteamento.



REGIÃO
AUTÓNOMA
DOS AÇORES

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
*Gabinete do Secretário Regional
da Presidência*
Palácio da Conceição
9504-509 Ponta Delgada

Resultante das alterações referidas, implicando os lotes que não têm qualquer edificação, verificaram-se alterações substanciais das peças submetidas a concurso, bem como a área e o valor dos respectivos bens a ceder, pelo que, nos termos da Lei, não pode haver lugar a cedência.

Assim que haja lugar a registo do novo Alvará, a Direcção Regional de Habitação promoverá o lançamento de novos procedimentos concursais.

IV - Os critérios de prioridade de decisão dos processos de recuperação de habitação degradada estão definidos no artigo 47.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 06 de Fevereiro.

IV - Está previsto o investimento na construção de duas moradias no Loteamento da Urzelina e a recuperação de seis moradias.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete

Hermenegildo Galante

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1052	Proc. Nº 54.01.05
Data: 01/03/21	Nº 402/1X